

QUESTIONÁRIO DESTINADO À COMISSÁRIA INDIGITADA**Teresa RIBERA****Vice-presidente executiva responsável pela Transição Limpa, Justa e Competitiva****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para exercer as funções de comissária e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? De que forma vai contribuir para a aplicação das orientações políticas da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género em todos os domínios políticos que se inserem no âmbito da sua pasta? Como prevê aplicar a integração da perspectiva da juventude?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Empenhei-me em promover o bem comum europeu ao longo de toda a minha carreira profissional, principalmente enquanto funcionária pública. Estou persuadida da importância de alinhar as políticas económicas e ambientais, para gerar benefícios sociais, prosperidade económica e ganhos de competitividade e assegurar uma boa gestão ambiental. Uma transformação sólida e eficaz da economia exige um amplo apoio da sociedade, assente no diálogo e num vasto consenso.

Com efeito, enquanto vice-primeira-ministra e ministra espanhola da Transição Ecológica, secretária de Estado do Ambiente e diretora-geral do Serviço Espanhol das Alterações Climáticas, esforcei-me por conciliar opiniões e expectativas diferentes, a fim de garantir novos progressos e avanços. Procurei dissolver bloqueios, alinhar posições, interligar múltiplas variáveis e buscar soluções numa perspectiva holística.

A participação ativa nas negociações sobre o clima ensinou-me que os desafios complexos exigem uma abordagem multidimensional e a integração de diferentes disciplinas (energia, clima, ambiente, indústria, finanças, etc.). Graças à experiência adquirida enquanto diretora do Instituto do Desenvolvimento Sustentável e das Relações Internacionais (IDDRI), pude contribuir com o meu saber para a elaboração do equilibrado acordo sobre o clima alcançado em Paris, em 2015, pela comunidade internacional.

Pude compreender a importância de forjar e fomentar acordos sólidos e de reconhecer as nossas interdependências. Mais importante ainda, compreendi que as pessoas mais afetadas pelas políticas têm de ser invariavelmente incluídas nos processos de tomada de decisão. A transição para um novo modelo industrial e económico requer novas abordagens e uma atenção especial aos mais afetados.

Os desafios que enfrentamos hoje e que temos de antecipar para preparar o futuro não podem ser abordados de forma compartimentada, uma vez que constituem um conjunto de realidades interligadas. Por conseguinte, considero que os comissários da UE devem trabalhar como uma equipa única, adotando uma abordagem estratégica comum baseada no equilíbrio e no consenso.

Enquanto comissária europeia, aplicarei as orientações políticas para 2024-2029 da presidente eleita, agindo com a forte convicção que sempre norteou a minha carreira profissional e política: construir pontes e promover o diálogo constitui o meio mais adequado para alcançarmos os objetivos que definimos.

Considero que estas competências são especialmente úteis na situação atual, em que temos de estar ainda mais unidos face aos desafios da UE, num contexto de grande concorrência mundial, para encontrarmos a melhor forma de reforçar a competitividade da nossa indústria e garantirmos um mercado em pleno funcionamento e uma ação empenhada capaz de satisfazer as expectativas dos cidadãos de acordo com os nossos valores.

Como salientado nos relatórios de Enrico Letta e Mario Draghi, para termos sucesso no atual contexto mundial, precisamos de um mercado único plenamente operacional, capaz de estimular a prosperidade, proteger os consumidores e construir um ecossistema propício ao investimento, à inovação, à indústria limpa e ao emprego, garantindo a nossa competitividade a nível mundial.

Enquanto comissária europeia, também defenderei com firmeza as políticas da igualdade de género. Garantirei que as minhas equipas respeitem este princípio e trabalharei para eliminar as desigualdades entre homens e mulheres. Estou empenhada em assegurar, juntamente com os outros membros do Colégio, que a integração da igualdade seja um elemento central da nossa transição ecológica, justa e competitiva.

Trabalharei com os meus colegas comissários para garantir que a promessa de prosperidade da UE seja cumprida em benefício das gerações mais jovens. Temos o dever perante as gerações presentes e futuras de contribuir para um planeta saudável. Devemos, portanto, continuar a integrar a dimensão da equidade intergeracional nas nossas políticas, para que ninguém fique para trás, incluindo em domínios como as competências e a habitação. Estou também empenhada em assegurar as mesmas normas em toda a União Europeia em matéria de bem-estar dos animais, e a sua aplicação coerente, respondendo simultaneamente às questões de sustentabilidade, éticas, científicas e económicas, e às expectativas dos consumidores. A nível internacional, devemos continuar a promover normas mundiais elevadas.

Não existem conflitos entre os meus percursos pessoal e profissional e as responsabilidades que assumirei como comissária europeia. Não tenho interesses privados nem no mundo financeiro nem no mundo empresarial. Estou plenamente consciente da responsabilidade que assumirei e não há nem haverá nada na minha trajetória que me desvie do princípio da neutralidade. Dedicarei o meu empenho total ao bem comum dos cidadãos europeus. Se, no futuro, surgir uma situação de potencial conflito de interesses no exercício das minhas funções de comissária, informarei sem demora a presidente Ursula von der Leyen.

Sou uma pessoa disciplinada e respeitadora, consciente e empenhada no cumprimento dos objetivos e competências definidos nos Tratados da UE. Respeito e continuarei a respeitar a confidencialidade, com diligência e independência, durante toda a minha carreira. Comprometo-me a defender e a velar pela aplicação dos Tratados da UE, e a agir com neutralidade e independência em relação aos interesses individuais dos Estados-Membros, incluindo daquele que propôs a minha nomeação.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

Pode comprometer-se a informar devidamente o Parlamento sobre as suas ações e as dos seus serviços? Em que medida se considera responsável perante o Parlamento?

Que compromissos específicos está disposta a assumir quanto à sua colaboração com o Parlamento e à sua presença na instituição, tanto em comissão como em sessão plenária, à transparência, à cooperação e ao seguimento eficaz das posições e dos pedidos de iniciativas legislativas do Parlamento? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento informações e documentos em tempo útil em pé de igualdade com o Conselho?

Comprometo-me a manter o Parlamento Europeu permanentemente informado sobre os domínios da minha competência. Se a minha indignação for confirmada, assegurarei que esta abordagem seja seguida de forma coerente em todas as políticas da minha pasta, em estreita cooperação com os outros membros do Colégio e os serviços competentes, em especial com os comissários do grupo «Transição Limpa, Justa e Competitiva», a fim de assegurar a transparência e o fluxo de informações com o Parlamento.

Assumirei a responsabilidade e prestarei contas pelas decisões tomadas colegialmente pela Comissão. Mais importante ainda, fá-lo-ei respeitando os cidadãos da Europa. Visitarei regularmente os Estados-Membros, incluindo outros locais fora das capitais.

Juntos, precisamos de trabalhar mais rapidamente e mais aprofundadamente em prol da prosperidade e da competitividade sustentáveis da Europa. Temos de nos empenhar numa transição limpa, justa e competitiva que beneficie todos os cidadãos, assegurando um melhor funcionamento dos mercados aos consumidores e às empresas

européias. Para isso, é necessário utilizar todos os instrumentos disponíveis, no pleno respeito dos Tratados da UE, de uma forma coerente e coordenada.

A política da concorrência, juntamente com outros instrumentos políticos relevantes nacionais e da UE, terá um papel importante. Ao assegurar condições equitativas e justas no mercado único, contribui para reduzir os preços, acelerar a inovação e criar uma economia mais resiliente. Tal ajudará a tornar a Europa mais competitiva na economia mundial, em especial nos setores mais inovadores, e apoiará a UE na transição para a neutralidade climática. O mesmo é válido para uma transição justa: a criação de mercados competitivos ajudar-nos-á a alcançar os nossos objetivos de uma forma mais rápida, mais justa e mais eficiente, sem deixarmos ninguém ou nenhum local para trás.

Trabalharei em estreita colaboração com o Parlamento Europeu e encetarei um diálogo aberto e estruturado, assente na confiança mútua. Serei transparente sobre os fundamentos políticos, o contexto económico e a filosofia global que sustentam as nossas regras e as nossas decisões. Neste contexto, comprometo-me a participar regularmente nas reuniões das comissões e nos intercâmbios em sessão plenária sobre as políticas da minha pasta, bem como a participar pessoalmente nas importantes negociações em tríplice.

Juntamente com os meus serviços, estarei disponível para participar nos debates informais com os deputados no âmbito dos grupos de trabalho das comissões e nas reuniões abertas dos coordenadores, organizados pelos secretariados das comissões competentes, bem como para dialogar bilateralmente com os deputados do Parlamento Europeu.

Continuarei a utilizar todos os meios disponíveis para manter as partes interessadas e o público informados e mobilizados. Qualquer proposta política significativa será objeto de consulta pública.

Estou confiante de que trabalharemos em conjunto num clima de plena confiança mútua. Podem contar comigo.

A presidente eleita Ursula von der Leyen garantiu que a sua Comissão dará seguimento às resoluções parlamentares. Subscrevo plenamente este objetivo. Para o efeito, organizarei, se for caso disso, um diálogo estruturado convosco para debatermos o desenvolvimento de qualquer resolução nos termos do artigo 225.º que seja da minha competência e que a vossa instituição possa adotar, e garantirei uma resposta da Comissão a essas resoluções no prazo de três meses após a sua adoção.

Perguntas da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

Auxílios estatais

3. Foi incumbida de desenvolver um novo enquadramento para os auxílios estatais no âmbito do Pacto da Indústria Limpa. Como tenciona encontrar o justo equilíbrio entre o apoio à política industrial, a manutenção de uma concorrência leal e condições de concorrência equitativas? Reconhece os riscos de fragmentação do mercado único decorrentes da margem de manobra orçamental divergente dos Estados-Membros? Que salvaguardas prevê para evitar distorções do mercado e economias com capacidades orçamentais reduzidas?

Como previsto nos Tratados, os auxílios estatais visam resolver deficiências do mercado e evitar a sobrecompensação, a exclusão do financiamento privado e outras distorções indevidas da concorrência no mercado único. Enquanto vice-presidente executiva, aplicarei estes princípios, assegurando a igualdade de tratamento entre todos os Estados-Membros. Estou plenamente empenhada em assegurar condições de concorrência equitativas na União Europeia, que constituem a base para uma transição limpa, justa e competitiva. Nos últimos anos, a política em matéria de auxílios estatais permitiu à economia europeia e às suas empresas enfrentar crises sucessivas. Também evoluiu consideravelmente para se alinhar com os objetivos estratégicos da UE, incluindo a viabilização das transições ecológica e digital e da resiliência.

Assim, no último mandato, a Comissão aprovou mais de 450 mil milhões de EUR em auxílios à energia e ao ambiente por parte dos Estados-Membros, além de cerca de 800 mil milhões de EUR em auxílios estatais no contexto da crise energética. As regras em vigor em matéria de auxílios estatais já garantem numerosas possibilidades para apoiar a ecologização e a descarbonização da economia da UE, que são amplamente utilizadas pelos Estados-Membros. Temos agora de acelerar e aprofundar a aplicação, a fim de alcançarmos os nossos objetivos comuns.

Para superarmos o desafio da descarbonização, a UE tem de agir em conjunto, mobilizando os recursos coletivos e as cadeias de valor europeias para promover economias de escala que garantam uma transição justa, eficiente em termos de custos e baseada na inovação. Estou persuadida de que o mercado único é o maior trunfo da Europa. Não podemos permitir corridas às subvenções entre Estados-Membros, que favoreçam os Estados-Membros de maior dimensão e mais ricos em detrimento dos países mais pequenos e menos abastados. Temos de promover ecossistemas industriais sustentáveis em benefício de toda a UE e continuar a impulsionar o desenvolvimento económico das zonas menos desenvolvidas na UE, oferecendo incentivos a investimentos produtivos que promovam a coesão europeia.

A simplificação e a aceleração dos procedimentos de avaliação dos auxílios estatais também serão uma prioridade. Não podemos atrasar o apoio público à transição energética ou às medidas que visam descarbonizar a indústria europeia e torná-la competitiva. Neste espírito, e conforme expresso na minha carta de missão, definirei um novo quadro de controlo dos auxílios estatais, para que os Estados-Membros possam conceder auxílios estatais de uma forma rápida e eficaz no âmbito do Pacto da Indústria Limpa. Esse quadro será desenvolvido à luz da experiência adquirida com o Quadro Temporário de Crise e Transição e basear-se-á nos seguintes objetivos: i) acelerar mais ainda a implantação da produção de energias renováveis; ii) implantar a descarbonização industrial e a eficiência energética, em especial nos setores com utilização intensiva de energia, e iii) assegurar uma capacidade suficiente de fabrico de tecnologias limpas na Europa, especialmente quando haja risco de desvio destes investimentos para países terceiros devido aos subsídios aí disponíveis. Ao fazê-lo, velarei por que os objetivos de coesão e a integridade do mercado único sejam preservados.

Fusões

4. Que mudanças poderá implicar a «nova orientação da política de concorrência» e como se pode melhorar a sua articulação com a política industrial? Está satisfeita com a situação atual da aplicação do Regulamento das concentrações comunitárias? Seria favorável à possibilidade de a Comissão analisar também as concentrações abaixo do limiar de notificação? Como tenciona proteger os agentes inovadores da UE de aquisições predatórias ou de aquisições de empresas sediadas na UE por parte de empresas públicas com sede no estrangeiro, que sejam apoiadas e subsidiadas pelos respetivos governos de acordo com modalidades vedadas às empresas da UE à luz das normas do mercado único da UE?

No anterior mandato, foram já envidados esforços consideráveis para garantir que todos os instrumentos de concorrência (controlo das concentrações, das práticas anticoncorrenciais e dos auxílios estatais) sejam orientados para proteger a lealdade da concorrência e alinhados com os objetivos de uma economia europeia ecológica, digital e resiliente. A Comissão acrescentou novos instrumentos para fazer face aos desafios emergentes no mercado único, em especial as empresas que controlam o acesso aos mercados digitais (Regulamento Mercados Digitais) e os efeitos distorcivos das subvenções estrangeiras (Regulamento Subvenções Estrangeiras). Porém, os desafios que a economia da UE enfrenta exigem mais ação. Estes novos instrumentos devem ser plenamente aplicados. A concorrência e outras políticas, como a política industrial, comercial ou orçamental, assumem um papel complementar na promoção da competitividade e do crescimento económico a longo prazo. Tal como reconhecido no relatório Draghi, não existe competitividade sem concorrência efetiva numa economia de mercado. A correta aplicação da política de concorrência resultará numa maior inovação e garantirá uma política industrial europeia mais eficiente e eficaz, ajudando a criar os incentivos adequados.

Se a minha indigitação for confirmada como vice-presidente executiva, em conformidade com as orientações políticas da presidente Ursula von der Leyen e a minha carta de missão, prosseguirei a modernização da política de concorrência centrando-me em três objetivos gerais fundamentais.

Em primeiro lugar, simplificarei e agilizarei os processos para que sejam eficazes no contexto dinâmico atual. Não podemos atrasar o apoio público necessário à transição energética que trará preços mais baixos ou às medidas de descarbonização da indústria europeia que garantirão a sua competitividade. Temos de simplificar mais ainda as condições de aprovação dos auxílios estatais. Do mesmo modo, não podemos aceitar inquéritos *antitrust* excessivamente longos, permitindo que as empresas continuem a beneficiar das suas práticas anticoncorrenciais. Temos de ser mais eficazes, analisando de que forma poderemos atualizar as regras processuais com base na avaliação em curso do quadro processual dos inquéritos *antitrust*. Trata-se, obviamente, de um exercício em que o Parlamento Europeu deve continuar a participar estreitamente. Por último, temos de ter agilidade suficiente para garantir a aplicação da política de concorrência na realidade digital atual. A transição digital é fundamental para relançar o crescimento da produtividade na Europa, sendo essencial uma ação rápida para que os mercados continuem abertos e funcionem corretamente tanto para os novos atores digitais como para difundir as soluções digitais em toda a nossa economia.

Em segundo lugar, reforçarei e melhorarei o direcionamento do controlo da aplicação da concorrência. Por exemplo, velarei por um controlo vigoroso da aplicação das regras da concorrência e por focar as nossas ações nas medidas de auxílio ou práticas comerciais que sejam mais distorcíveis da concorrência. Em contrapartida, darei orientações a montante e reduzirei a burocracia, para que os Estados-Membros possam aplicar medidas públicas não problemáticas e que possibilitem uma cooperação pró-concorrencial entre as empresas. Do mesmo modo, garantirei uma aplicação estrita do RMD, moldando a política da Comissão relativa a este importante e novo instrumento, de modo a obter resultados concretos para as empresas e os utilizadores finais europeus.

Em terceiro lugar, assegurarei uma maior concordância da política de concorrência com as prioridades da UE. Tal inclui, evidentemente, contribuir para a realização do Pacto da Indústria Limpa, em prol de uma economia europeia sustentável e competitiva, e aprofundar o nosso mercado único. Inclui igualmente a promoção do investimento, trabalhando em colaboração com os outros membros do Colégio para harmonizar os critérios que permitem combinar financiamentos privados, da UE e nacionais da forma mais eficiente.

No que diz respeito especificamente ao controlo das concentrações, a UE tem sido tradicionalmente favorável à consolidação do mercado e aos benefícios que essa consolidação pode proporcionar, com exceção óbvia dos casos em que entrava significativamente a concorrência efetiva, em especial ao gerar um poder de mercado excessivo, que pode prejudicar toda a economia da UE, incluindo as PME e, evidentemente, os consumidores. Embora se deva manter este objetivo básico de impedir a acumulação excessiva de poder de mercado, o controlo das concentrações da UE deve continuar a evoluir para acompanhar as necessidades e dinâmicas contemporâneas, como a globalização, a digitalização, a sustentabilidade, a inovação e a resiliência. É importante ter em conta a alteração do nível de eficiência das atividades com utilização intensiva de investimento ou do alcance geográfico das operações de empresas rivais. É preciso considerar a evolução da vontade dos clientes de recorrerem a novos fornecedores que desenvolvam produtos noutras regiões ou de valorizarem fornecedores locais em quem confiem ou que sejam mais fiáveis. É necessária uma adaptação contínua para que o controlo da aplicação das regras da UE matéria de concentrações continue a ser um facilitador fundamental da competitividade das empresas europeias, no pleno respeito dos Tratados, incluindo quando operam nos mercados mundiais ou quando os atores mundiais entram nos mercados europeus. Embora estas evoluções ocorram em grande medida por prática decisória, é essencial manter um quadro jurídico subjacente moderno e adequado à sua finalidade.

Assim, comprometo-me a cumprir, como expresso na minha carta de missão, a tarefa de modernizar a política da concorrência especificamente no que diz respeito ao controlo das concentrações, procedendo a uma revisão das orientações sobre as concentrações horizontais. O meu objetivo é assegurar que o controlo das concentrações considera adequadamente as necessidades da economia da UE e reflete os objetivos políticos gerais e as realidades do mercado, incluindo eventuais ganhos de eficiência. Esta revisão terá a inovação, o investimento e a resiliência entre os seus principais motores.

Paralelamente, estou determinada a encontrar rapidamente a melhor forma de garantir que as «aquisições predatórias» de empresas-alvo com um volume de negócios baixo ou nulo, mas com um potencial altamente competitivo e inovador, não escapam ao controlo ao abrigo das regras da UE em matéria de concentrações, apenas porque não cumprem os limiares de notificação baseados no volume de negócios. Este aspeto é fundamental para proteger a inovação e a competitividade futura na UE. Para o efeito, analisarei todas as opções sem gerar encargos administrativos adicionais desnecessários ou insegurança jurídica para as empresas.

Separadamente, aplicarei rigorosamente o Regulamento Subvenções Estrangeiras para proteger o mercado único de subvenções que distorcem a concorrência concedidas por países não europeus, especificamente a parte dessa legislação aplicável às concentrações. Ao fazê-lo, empenhar-me-ei fortemente na defesa de condições de concorrência equitativas a nível mundial para as empresas europeias, juntamente com outros membros do Colégio e os Estados-Membros responsáveis por outros instrumentos, como a análise do investimento direto estrangeiro e os instrumentos de defesa comercial.

Relatório Draghi

5. Tenciona tomar medidas para desenvolver um «novo instrumento de concorrência», conforme proposto no relatório Draghi, a fim de resolver os problemas estruturais da concorrência, prestando especial atenção às categorias sensíveis de consumidores? Que outras propostas em matéria de concorrência constantes dos relatórios Letta e Draghi gostaria de ver aplicadas e apoiaria nesse sentido? Qual deve ser o papel da política de concorrência na abordagem da dinâmica inflacionista?

Tanto os relatórios Letta como Draghi sublinham a importância para a competitividade da UE de aprofundar o mercado único através da promoção da concorrência e da manutenção de condições de concorrência equitativas. Apoio plenamente o objetivo premente de aprofundar o mercado único, nomeadamente em setores estratégicos fundamentais, para beneficiar dos efeitos de escala. E concordo inteiramente que o enfraquecimento das regras da concorrência também debilita os motores do crescimento, do investimento e da competitividade europeia. Se a minha indigitação for confirmada como vice-presidente executiva, centrar-me-ei na modernização e no reforço do controlo da aplicação das regras da concorrência, em conformidade com a minha carta de missão e considerando cuidadosamente as recomendações de ambos os relatórios.

A proposta de «novo instrumento de concorrência» contida no relatório do Professor Draghi alerta para os problemas estruturais em determinados mercados que podem suscitar preocupação, como a colusão tácita, a vulnerabilidade dos consumidores ou as dependências excessivas, sem que impliquem qualquer infração clara às regras da concorrência. Devemos fazer uma reflexão aprofundada sobre um novo estudo de mercado e um novo mecanismo de investigação capaz de identificar esses problemas em domínios específicos, e de resolvê-los de uma forma eficiente em termos de recursos, em cooperação com os operadores de mercado relevantes e complementarmente a instrumentos jurídicos existentes no domínio da concorrência, nacionais e da UE, tal como recentemente reforçado pelo Regulamento Mercados Digitais e pelo Regulamento Subvenções Estrangeiras. O critério de referência de qualquer «novo instrumento de concorrência» deverá ser a sua capacidade para produzir resultados efetivos e não enfraquecer as medidas de controlo da aplicação contra violações das regras de concorrência em vigor nem enfraquecer substancialmente a previsibilidade para as empresas.

Por último, embora a aplicação da legislação em matéria de concorrência não seja, enquanto tal, um instrumento anti-inflação e não possa combater diretamente os fatores de inflação, como a escassez ou o aumento da procura, pode evitar que os operadores de mercado tirem partido de situações de choque para aumentar os preços acima dos níveis competitivos ou manter os preços artificialmente elevados quando as circunstâncias do mercado regressem à normalidade e os preços devam voltar a baixar. Ao promover mercados competitivos e contestáveis, a política de concorrência da UE pode ajudar a evitar aumentos de preços ou facilitar a diminuição dos preços. Este aspeto é relevante em mercados-chave que estão ameaçados pela dependência excessiva de um único ou muito poucos fornecedores. Se a minha indigitação for confirmada, tenciono dedicar toda a atenção a estas situações.

Perguntas da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

6. Que medidas concretas tenciona tomar para assegurar a aplicação plena e em tempo útil do acervo ambiental e do Pacto Ecológico, em particular no que diz respeito ao pacote «Objetivo 55»? Como executará esta tarefa «da forma mais simples, justa e em diálogo com todas as partes interessadas», como refere a sua carta de missão, garantindo a competitividade, tendo também em conta a situação específica das PME, e assegurando uma transição justa? A seu ver, que lacunas, incoerências regulamentares ou sobreposições subsistem ainda no Pacto Ecológico Europeu e nas políticas conexas, e que medidas concretas prevê para lhes dar resposta?

No último mandato, a Comissão apresentou um quadro jurídico sem precedentes para colocar a UE no caminho da neutralidade climática até 2050. A adoção de um quadro tão ambicioso, no contexto de crises mundiais como a pandemia de COVID-19 e o início da guerra na Ucrânia, é um testemunho do compromisso europeu de se tornar o primeiro continente com impacto neutro no clima. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei em estreita colaboração com os membros do Colégio competentes para monitorizar regularmente a sua execução, a fim de garantir que cumprimos os objetivos estabelecidos. Esse trabalho será acompanhado de um diálogo sobre a execução, baseado na experiência positiva alcançada com as partes interessadas numa abordagem assente na cadeia de valor, incluindo as regiões e as comunidades locais e os parceiros financeiros e sociais. Sempre que necessário, poderão ser elaboradas orientações e medidas coercivas, conforme apropriado. Tenciono cooperar estreitamente com o comissário responsável pela Economia, Produtividade, Aplicação e Simplificação, supervisionando os testes de esforço do acervo da UE no meu domínio de competência. Neste contexto, colaboraremos com as partes interessadas para identificar lacunas, incoerências e encargos regulamentares desnecessários.

Colaborarei estreitamente com os Estados-Membros na finalização e execução dos planos nacionais em matéria de energia e clima (PNEC), que são fundamentais para concretizar a ambição do Objetivo 55 no terreno, apontando para lacunas na aplicação do quadro pelos Estados-Membros.

No que diz respeito às políticas ambientais, trabalharei com os Estados-Membros e outras partes interessadas na identificação dos principais domínios que exigem reformas estruturais, a fim de corrigir o incumprimento persistente. Ouvirei os Estados-Membros, as regiões, os cidadãos e as empresas para criar confiança e garantir que

a legislação produz resultados para os cidadãos. Procurarei medidas para reforçar a capacidade administrativa a todos os níveis — nacional, regional e local — e ajudar os responsáveis pela execução a aprenderem mutuamente com as suas experiências. Embora prevenir seja melhor do que remediar, trabalhando com os comissários competentes, não hesitaremos também em recorrer aos procedimentos por infração. Centrar-nos-emos nos problemas estruturais e sistémicos de incumprimento em que as medidas coercivas da Comissão apresentem maior valor acrescentado. Em especial, garantiremos que as diretivas da UE sejam transpostas plena e corretamente.

Além disso, se a minha indigitação for confirmada, darei especial atenção à futura legislação de execução e delegada. Evitar encargos administrativos desnecessários, respeitar o princípio da «declaração única» e não duplicar os requisitos de comunicação de informações serão aspetos essenciais a monitorizar. Simplificar significa melhorar as políticas europeias e cumprir os objetivos políticos minimizando tanto quanto possível os encargos e os custos, o que exige políticas coerentes e complementares. Evidentemente, os novos atos legislativos deverão servir de exemplo para uma legislação simples, rápida e eficaz.

Para alcançar os objetivos climáticos e ambientais de 2030, colaborarei com o vice-presidente executivo responsável pela Prosperidade e a Estratégia Industrial e com os comissários que trabalham sob minha orientação para apresentar novas propostas e iniciativas, incluindo as relacionadas com o Pacto da Indústria Limpa, a legislação relativa à economia circular e à aceleração da descarbonização, o pacote de medidas aplicáveis à indústria química e os créditos no domínio da conservação da natureza, para citar alguns exemplos.

7. Que ações específicas tenciona propor para assegurar uma abordagem coerente rumo a uma transição limpa, justa e competitiva, e como vê as ligações entre estes três aspetos da sua pasta? Que novas ações específicas tenciona propor como quadro propiciador para apoiar a consecução das metas climáticas, nomeadamente no âmbito do Pacto da Indústria Limpa e abrangendo todos os setores da economia? Como pretende criar um ambiente regulamentar e de investimento mais racionalizado e favorável para incentivar o investimento e a inovação respeitadores do clima, bem como a adoção de tecnologias limpas, assegurando uma transição justa para todos? Que tipo de medidas tenciona propor para mobilizar os investimentos necessários para esta transição, nomeadamente para as PME, de molde a apoiar todas as partes interessadas envolvidas, em particular as empresas, os trabalhadores e os agregados familiares? Qual é a sua posição sobre a alteração específica do regulamento que estabelece normas de desempenho em matéria de emissões de CO₂ para automóveis de passageiros e veículos comerciais?

A transição ecológica oferece oportunidades de crescimento significativas para a economia europeia e a UE demonstrou que o PIB pode crescer ao mesmo tempo que baixam as emissões de CO₂. No entanto, esta transição também oferece desafios e incertezas a muitos setores e trabalhadores. Se a minha indigitação for confirmada, colaborarei com a vice-presidente executiva responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação, no sentido de assegurar o alinhamento das nossas iniciativas e a cooperação entre os serviços competentes da Comissão para que a transição ecológica da Europa seja bem-sucedida e não deixe ninguém nem nenhum lugar para trás. Em consonância com os seus objetivos jurídicos, a execução do Fundo Social para o Clima deve apoiar os mais vulneráveis.

No que diz respeito ao Pacto da Indústria Limpa, destinado a reforçar a competitividade da indústria da UE e a acelerar a descarbonização da Europa, tenciono trabalhar com o vice-presidente executivo responsável pela Prosperidade e a Estratégia Industrial. O Pacto da Indústria Limpa deve ser abrangente e unificar os instrumentos da UE criados para a prosperidade, a competitividade, a descarbonização e a justiça social, criando sinergias recíprocas. O Pacto da Indústria Limpa centrar-se-á no reforço da viabilidade económica da descarbonização e no apoio à indústria nos seus esforços de inovação e expansão. Apresentará um conjunto de iniciativas com o objetivo de simplificar os processos administrativos para descarbonizar a indústria, estabelecer um quadro para desenvolver mercados-piloto e mobilizar financiamento privado para a transição. A gestão adequada do impacto social da descarbonização inclui dois elementos: uma transição justa (nível territorial/regional) e uma transição equitativa (questões mais amplas de repartição da política climática). Desenvolveremos um plano de ação para garantir preços de energia acessíveis às empresas e aos cidadãos, que analisará todas as componentes dos preços da energia (incluindo a tributação das energias limpas e dos mercados financeiros dos produtos energéticos), a fim de fazer face a uma das principais desvantagens competitivas da UE, bem como um Acelerador da Descarbonização Industrial centrado nas indústrias energívoras. Este ato apoiará o desenvolvimento, a produção e a difusão de tecnologias limpas europeias na indústria e acelerará os processos de planeamento, adjudicação e licenciamento, em especial para a transição das indústrias com utilização intensiva de energia. As parcerias nos domínios do comércio e do investimento limpos reforçarão as nossas relações com os países parceiros com benefícios mútuos. Tal criará um quadro propício à tomada de decisões de investimento adequadas para alcançar os objetivos

climáticos da UE. Em conformidade com a minha carta de missão, e como referido na minha resposta à pergunta 3, pretendo também desenvolver um novo quadro em matéria de auxílios estatais, para permitir que os Estados-Membros concedam esses auxílios de uma forma rápida e eficaz, evitando simultaneamente a sobrecompensação, a exclusão do financiamento privado e outras distorções indevidas da concorrência no mercado único. O Pacto da Indústria Limpa deve criar condições adequadas para: i) transformar a nossa estratégia de descarbonização numa fonte de crescimento e emprego de qualidade, ii) ajudar as empresas a serem competitivas a nível mundial nos setores das tecnologias limpas e iii) ajudar os cidadãos a beneficiar da transição. Uma política industrial europeia exige diálogo social e corresponsabilidade por parte das empresas.

Os Estados-Membros têm as bases para conseguir uma economia da UE altamente competitiva, mas o desafio da descarbonização exige uma ação conjunta da UE e não compartimentada em 27 Estados-Membros, para explorar as capacidades coletivas e obter economias de escala, inovação e uma transição eficiente em termos de custos.

Tal como salientado na minha resposta à pergunta 5, trabalharei também em estreita colaboração com os Estados-Membros para garantir a conclusão dos seus planos nacionais em matéria de energia e clima o mais rapidamente possível. Estes planos ajudarão a elaborar a proposta que fixará a meta climática para 2040.

A aplicação do atual quadro normativo exigirá uma contribuição significativa de fundos privados. Trabalharei no âmbito do Colégio no desenvolvimento da combinação mais eficiente em termos de custos de fundos privados, nacionais e da União, para obter o maior impacto e conseguir a descarbonização necessária. A Comissão apresentará igualmente um novo Fundo Europeu para a Competitividade, que garantirá o nosso investimento na inovação e nas tecnologias que moldarão a economia europeia e impulsionarão as nossas transições, incluindo a transição ecológica. Em conformidade com a carta de missão, esta medida deve estar ligada e apoiar os projetos importantes de interesse comum (PIIEC).

Por sua vez, o regulamento que estabelece normas de desempenho em matéria de emissões de CO₂ para os automóveis de passageiros e os veículos comerciais ligeiros é uma parte fundamental da UE para cumprir a meta europeia de redução das emissões de gases com efeito de estufa de, pelo menos, 55 % até 2030, comparando com 1990, bem como o objetivo de neutralidade climática até 2050. São necessárias políticas ambiciosas para assegurar uma redução rápida e suficiente das emissões em todos os setores, incluindo os transportes. Neste contexto, as normas de desempenho em matéria de emissões de CO₂ dos automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros novos estabelecem metas claras a partir de 2030 e um objetivo de redução de 100 % a partir de 2035. Para isso, a eletrificação e os combustíveis limpos têm de estar disponíveis. Tal como referido nas Orientações Políticas: «alcançar a neutralidade climática até 2050 exigirá uma vasta gama de tecnologias inovadoras, em domínios como a mobilidade e a energia. O objetivo de neutralidade climática dos automóveis para 2035, por exemplo, cria previsibilidade para os investidores e os fabricantes. A sua realização exigirá uma abordagem tecnologicamente neutra, na qual os combustíveis de síntese terão um papel a desempenhar, passando por uma alteração específica do regulamento no âmbito da revisão prevista». Este aspeto é igualmente salientado na carta de missão dirigida ao comissário responsável pelo Clima, Neutralidade Carbónica e Crescimento Limpo.

8. Como assegurará uma coordenação eficaz com o vice-presidente executivo responsável pela Prosperidade e Estratégia Industrial, bem como com os comissários que trabalham sob a sua orientação, a fim de desempenhar as tarefas mencionadas na sua carta de missão? Que iniciativas concretas tenciona propor em relação à meta climática para 2040, ao ambiente, à economia circular limpa e à transição justa? Como garantirá a coerência entre a transição ecológica e a consecução dos objetivos em matéria de clima e biodiversidade, por um lado, e a política de concorrência, por outro?

Se a minha indigitação for confirmada como vice-presidente executiva, assegurarei uma coordenação eficaz com o vice-presidente executivo responsável pela Prosperidade e Estratégia Industrial, bem como com os comissários relevantes, a fim de desempenhar as tarefas mencionadas na minha carta de missão. Para o efeito, organizarei reuniões regulares com os comissários e membros do pessoal para acompanhar os progressos, alinhar os objetivos e promover a cooperação, tirando partido dos conhecimentos especializados dos serviços da Comissão. Promoverei igualmente um diálogo regular com as partes interessadas, da indústria às autoridades locais, e do setor financeiro aos consumidores, a fim de avaliar os progressos realizados. Procurarei estabelecer uma parceria estreita e de confiança com o Parlamento Europeu e as suas comissões e membros pertinentes, bem como com o Conselho e os Estados-Membros, que deverão trabalhar em conjunto.

No que diz respeito à meta climática para 2040, abordada mais pormenorizadamente na minha resposta à pergunta 9, apoiar-me-ei nas conclusões da avaliação de impacto detalhada que acompanha a comunicação sobre a meta climática recomendada para 2040. Esta avaliação salienta a necessidade de todos os setores contribuírem para a meta climática de 2040 de uma forma equilibrada e eficiente em termos de custos. No entanto, o ritmo da descarbonização em cada setor depende da disponibilidade de soluções sem emissões de carbono.

Para viabilizar a neutralidade climática e o Pacto da Indústria Limpa, trabalharei com os outros membros do Colégio no sentido de assegurar a coerência entre políticas, incluindo em matéria de acesso a energias limpas, oportunidades de financiamento, criação de mercados pioneiros, política comercial, política de concorrência, políticas relativas à economia circular e políticas climáticas e fiscais.

A legislação da economia circular será também um elemento essencial dos nossos esforços para descarbonizar a economia e apoiar a competitividade industrial. Esta legislação promoverá um padrão de produção mais sustentável, tornando os materiais secundários mais atrativos. Depois de dissociarmos com êxito o crescimento económico das emissões, temos agora de o dissociar da utilização de recursos primários. A promoção da circularidade alargar-se-á igualmente ao estabelecimento de um quadro normativo para impulsionar uma utilização mais circular do carbono, gerando remoções de carbono e reutilizando o carbono na economia da UE de uma forma sustentável.

Tenciono trabalhar com o vice-presidente executivo responsável pela Prosperidade e a Estratégia Industrial no pacote de medidas aplicáveis à indústria dos produtos químicos, a fim de assegurar a simplificação e a celeridade dos procedimentos.

Coordenarei igualmente os trabalhos sobre a estratégia para a resiliência hídrica, a fim de reforçar essa resiliência em todo o território da UE e nos diferentes setores económicos. Uma das principais prioridades será garantir o acesso de todos à água potável no quadro da agenda para uma transição justa, bem como a eficiência hídrica e a competitividade das indústrias do setor hídrico.

No que diz respeito à gestão das terras, uma visão holística poderá contribuir para a atenuação das alterações climáticas, bem como para a criação de uma agricultura mais resiliente às alterações climáticas, uma maior resiliência dos rendimentos, o reforço da biodiversidade e a melhoria da saúde dos solos. Esta visão visa igualmente uma maior integração da bioeconomia da UE na circularidade.

Tal como referido na minha resposta à pergunta 16, só florestas saudáveis e resilientes poderão produzir a biomassa necessária para uma economia com impacto neutro no clima e, ao mesmo tempo, assegurar os serviços ecossistémicos indispensáveis, como as remoções de carbono e a biodiversidade. No âmbito do quadro de certificação da remoção de carbono, trabalharei com os meus colegas para desenvolver metodologias que reconheçam as utilizações sustentáveis da biomassa e para integrar estas iniciativas no desenvolvimento da estratégia para a bioeconomia.

Finalmente, o calor extremo, a seca, os incêndios florestais e outros fenómenos meteorológicos violentos são amplificados pelas alterações climáticas e tornar-se-ão mais frequentes e destrutivos. Ignorar este aspeto nas nossas escolhas políticas prejudicará a competitividade e a coesão social. Por esta razão, trabalharei com o comissário responsável pelo Clima, Neutralidade Carbónica e Crescimento Limpo num novo plano europeu de adaptação às alterações climáticas, a fim de proteger dos riscos climáticos as infraestruturas críticas de transporte e de abastecimento e o capital natural.

Se a minha indigitação for confirmada como vice-presidente executiva, uma parte essencial das minhas responsabilidades consistirá em aliar os objetivos climáticos e de biodiversidade com a competitividade. Para isso, é preciso previsibilidade na atividade empresarial na Europa e fora dela, uma abordagem estratégica, apoios e incentivos baseados no mercado, tal como indicado na minha resposta à pergunta 7.

Quanto à coerência com a política de concorrência, gostaria antes de mais de sublinhar que, em conformidade com os Tratados da UE, tratarei com independência e imparcialidade os processos individuais de concorrência, respeitando plenamente a integridade e a confidencialidade das investigações. Dito isto, a política de concorrência faz, evidentemente, parte dos instrumentos da União Europeia. Se for confirmada nas minhas funções, certificar-me-ei de que a política de concorrência contribuirá, juntamente com outros instrumentos políticos, para alcançar os objetivos principais, como a transição ecológica, incluindo as metas em matéria de clima e biodiversidade. A regulamentação e o controlo da aplicação das regras da concorrência devem funcionar lado a lado e reforçar-se mutuamente de forma coerente. Por exemplo, no passado, a aplicação das regras da concorrência motivou e complementou iniciativas regulamentares em muitos domínios que aprofundaram o mercado único, sendo

essencial que as propostas regulamentares se baseiem numa política de concorrência sólida. Por esta razão, vejo muitas sinergias entre os vários domínios da minha pasta no pleno respeito dos Tratados.

Perguntas da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia

9. Qual é a sua visão para a sua pasta para além da sua carta de missão e que legado gostaria de deixar? Que propostas legislativas e outras iniciativas apresentará ao colégio de comissários para adoção nos próximos cinco anos e, em especial, nos primeiros 100 dias? De que forma garantirá que estas propostas, bem como a aplicação da legislação em vigor, reforcem a competitividade europeia? Tenciona basear essas propostas legislativas em avaliações de impacto específicas? Que outras medidas proporá para assegurar uma transição limpa, social, justa e competitiva, nomeadamente nos setores mais afetados? Quais são os seus planos, em particular, para o Pacto da Indústria Limpa? Como tenciona orientar os trabalhos sobre a aplicação do quadro jurídico em vigor para alcançar as metas para 2030 e preparar, uma vez adotado o objetivo de redução das emissões para 2040, uma nova arquitetura para alcançar emissões líquidas nulas até 2050, garantindo a estabilidade e previsibilidade para as empresas e os investidores europeus, a redução dos preços da energia e a competitividade? Que medidas facilitadoras tenciona propor para ajudar as empresas da UE a alcançar o objetivo de impacto zero? Que medidas prevê para sanar o défice anual de investimento privado e público de cerca de 800 mil milhões de EUR identificado no relatório Draghi, nomeadamente através do Fundo Europeu para a Competitividade? Como tenciona reforçar o envolvimento dos cidadãos no seu trabalho?

Se for confirmada nas minhas funções, esforçar-me-ei por aliar a competitividade e a descarbonização, de modo que a transição para as energias limpas se possa tornar numa fonte de crescimento e prosperidade para a UE. A UE tem de se empenhar numa transição limpa, justa e competitiva, que beneficie todos os cidadãos, assegurando um melhor funcionamento dos mercados aos consumidores e às empresas europeias. A Europa deverá continuar a ser um destino privilegiado para as oportunidades de investimento que geram empregos de qualidade, estáveis e adaptáveis ao futuro, com um forte ecossistema industrial. Coordenarei a agenda da descarbonização com os membros competentes do Colégio e prosseguirei uma política da concorrência consonante com os objetivos comuns da UE, assegurando condições de concorrência equitativas. Em cada etapa, trabalharei em parceria com a indústria, os parceiros sociais, incluindo nas regiões e comunidades locais, e todas as partes interessadas. Creio que a descarbonização e a competitividade são objetivos indissociáveis e devem ser ambos alcançados de uma forma justa.

Tal como veementemente sublinhado no relatório Draghi, a descarbonização pode ser um motor da competitividade se todas as políticas estiverem bem articuladas. Tal implica assegurar que as nossas políticas sejam concebidas de modo a potenciar sinergias e evitar incoerências. Temos de apoiar a nossa indústria na descarbonização através da inovação, transformando a transição numa vantagem competitiva. Não garantiremos a competitividade da Europa a longo prazo se não nos desviarmos dos combustíveis fósseis importados a favor de uma economia limpa, competitiva e circular. E tal deve ser feito com urgência. Empenhar-me-ei na utilização de todas as alavancas principais de que dispomos para impulsionar a transição ecológica: melhorar o contexto empresarial, mobilizar o investimento público e privado, reduzir os preços da energia. Ao acionar essas alavancas, velarei por que os princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade e da iniciativa «Legislar Melhor» sejam respeitados, nomeadamente através da realização de amplas consultas e avaliações de impacto e, especificamente, tendo em conta as necessidades das PME e das pequenas empresas de média capitalização.

Para atingirmos os objetivos climáticos, o ponto de partida é a plena aplicação da legislação em vigor, reduzindo as emissões em, pelo menos, 55 % até 2030. Simultaneamente, importa estabelecer uma trajetória a mais longo prazo para a transição a favor das energias limpas. A este respeito, apoiarei o comissário responsável pelo Clima, Neutralidade Carbónica e Crescimento Limpo na elaboração de uma proposta legislativa que fixará em breve, no quadro do novo mandato, a meta climática para 2040. Uma vez acordada, a meta para 2040 constituirá a base do novo contributo determinado a nível nacional (CDN) da UE, no âmbito do Acordo de Paris. Ao preparar o quadro para o clima pós-2030, velarei por que seja prestada especial atenção à eficiência em termos de custos, ao reforço da competitividade da UE a nível mundial e à viabilização de uma transição justa.

Trabalharei em estreita colaboração com os meus colegas no âmbito do Pacto da Indústria Limpa para facilitar a descarbonização e reforçar a competitividade, tal como sublinhado na minha resposta à pergunta 7. No que diz respeito aos auxílios estatais, apresentarei propostas com vista a simplificar e orientar a aplicação da política da concorrência e assegurar a coerência com as prioridades da UE, tal como referido na resposta à pergunta 4.

As necessidades de financiamento para a descarbonização industrial são consideráveis, mas constituem um investimento essencial para a competitividade a longo prazo e também quando comparadas com os custos da

inação. O financiamento privado cobrirá, e deverá cobrir, a maior parte das necessidades. Para isso, temos de: i) aprofundar os mercados de capitais privados, tal como sugerido nos relatórios Letta e Draghi, ii) aumentar o financiamento sustentável, em especial o financiamento da transição e iii) assegurar a viabilidade financeira dos investimentos de descarbonização. Os fundos públicos devem incentivar os investimentos privados a responder às necessidades substanciais das indústrias europeias. Os Estados-Membros têm diferentes capacidades financeiras, o que torna o controlo dos auxílios estatais crucial para a concorrência leal e a coesão na União, sem impedir simultaneamente a consecução dos objetivos das políticas públicas.

Para transformar o financiamento privado em investimentos privados efetivos, é crucial uma aplicação estável das nossas atuais políticas e obrigações jurídicas. Procurarei criar oportunidades para combinar de forma mais eficaz os fundos privados, os fundos nacionais e os fundos da União, a fim de alcançar a escala de financiamento necessária ao desafio da descarbonização. O orçamento da UE é um dos principais catalisadores da competitividade europeia e trabalharei com os outros membros competentes do Colégio para assegurar que o investimento é direcionado para infraestruturas e prioridades europeias de impacto zero. O próximo quadro financeiro plurianual proporcionará uma oportunidade para continuar a apoiar estes esforços, reforçando a competitividade da indústria europeia e assegurando uma transição justa. Tal como referido nas orientações políticas para o novo Colégio, a Comissão apresentará um novo fundo europeu para a competitividade no contexto da nossa proposta de novo orçamento reforçado no âmbito do próximo quadro financeiro plurianual. Em conformidade com a carta de missão, a medida deverá apoiar os projetos importantes de interesse comum (PIIEC). Este fundo investirá em tecnologias estratégicas — incluindo tecnologias limpas — e nos esforços de descarbonização, para garantir que desenvolvemos tecnologias estratégicas e que as fabricamos aqui na Europa. Devemos ainda definir o futuro fundo europeu para a competitividade. Teremos primeiro de refletir sobre «o que queremos financiar» para depois determinarmos «como» poderemos concretizar os nossos objetivos e maximizar os resultados no terreno. Esta abordagem acentuará o impacto do nosso financiamento. Utilizaremos o poder do nosso orçamento para alavancar e eliminar os riscos do investimento privado, ao avançarmos nos nossos objetivos comuns.

Sendo uma política transversal poderosa, a política da concorrência deverá contribuir, juntamente com outros instrumentos políticos relevantes, para o objetivo global de alcançar uma economia neutra em carbono, competitiva e resiliente até 2050. Para tal, precisamos de ser mais competitivos em todos os parâmetros pertinentes, e não menos. Se a minha indigitação for confirmada como vice-presidente executiva, continuarei a modernizar a política da concorrência, para garantir que continua a ser facilitadora da competitividade das empresas da UE, salvaguardando simultaneamente o Estado de direito e o princípio da igualdade de tratamento.

10. Considera que as atuais regras em matéria de auxílios estatais asseguram suficientemente a concorrência leal em toda a União? Como pretende assegurar que a nova abordagem da política de concorrência e o novo enquadramento em matéria de auxílios estatais promovam a implantação de energias limpas e renováveis, a eficiência energética, os investimentos industriais e uma capacidade de fabrico suficiente de tecnologias limpas, limitando simultaneamente as dependências externas, reforçando a competitividade da UE e protegendo a indústria europeia da concorrência desleal externa, em conformidade com as regras da OMC e do mercado interno? Qual é a sua opinião sobre as conclusões da Comissão sobre as subvenções desleais de veículos elétricos a bateria provenientes da China e os direitos de compensação provisórios impostos às importações desses veículos? Que medidas tenciona propor para fazer face aos desafios específicos com que se deparam as PME e as pequenas empresas de média capitalização europeias? Que medidas tenciona propor para atrair investimentos privados e evitar a deslocalização da atividade económica e industrial?

Tal como indicado nas respostas às perguntas 3 e 4, procurarei acelerar e direcionar mais adequadamente o controlo da aplicação das regras aplicáveis aos auxílios estatais e continuar a ajustar a política em matéria de auxílios estatais aos objetivos a mais longo prazo, a fim de aplicar o Pacto da Indústria Limpa e contribuir para a competitividade europeia. Neste contexto, tal como referido no relatório Draghi, é importante aplicar os ensinamentos retirados das regras em matéria de auxílios estatais adotadas para dar resposta às crises e promover uma ajuda coordenada a nível da UE, a fim de limitar o risco de fragmentação do mercado único.

De um modo mais geral, modernizarei e reforçarei ainda mais a aplicação da legislação em matéria de concorrência, para que ajude as empresas europeias a inovar, competir e liderar a nível mundial e possam contribuir para os objetivos mais vastos desta Comissão.

Acredito no multilateralismo. Uma OMC reformada faz parte da solução para a prosperidade mundial. Devemos continuar a defender a competitividade e a resiliência da UE utilizando toda a variedade de instrumentos da

Comissão para enfrentar os desafios da economia mundial. Nomeadamente, aplicarei rigorosamente o Regulamento Subvenções Estrangeiras para proteger o mercado único de subvenções que distorçam a concorrência concedidas por países terceiros, a fim de garantir condições de concorrência equitativas a todas as empresas que operam no mercado único, sem comprometer a abertura do comércio e do investimento aos países terceiros. Velarei por que o Regulamento Subvenções Estrangeiras seja aplicado de forma coerente com todos os outros instrumentos europeus pertinentes, para alcançar os nossos objetivos comuns. Além disso, esforçar-nos-emos por restabelecer condições de concorrência equitativas a nível mundial, promovendo a convergência das regras de concorrência noutras instâncias fora da OMC, como a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos e a Rede Internacional da Concorrência.

Temos de assegurar que a UE continua a ser um local de produção de veículos elétricos a bateria (VEB) e que preservamos as capacidades de fabrico da UE num setor vital para a sua transição ecológica e os nossos objetivos climáticos. O inquérito antissubvenções relativo aos VEB baseou-se em factos e indícios sólidos, e foi realizado em conformidade com as regras da OMC. A Comissão está a trabalhar no sentido de negociar uma solução para o processo relativo aos VEB, que seja conforme com a OMC, eficaz e aplicável. Este processo não substitui a nossa estratégia industrial automóvel. Numa perspetiva futura, precisamos de um debate estratégico mais amplo sobre o futuro da indústria automóvel na UE, utilizando todos os instrumentos políticos disponíveis de uma forma coerente, para realizar a transição e garantir uma cadeia de valor ecológica, competitiva e operacional na indústria automóvel europeia.

No que diz respeito às PME, é essencial integrá-las para que a transição ecológica e digital da Europa seja um êxito. Por esta razão, as regras em matéria de auxílios estatais permitem uma maior flexibilidade aos Estados-Membros no apoio às PME, por exemplo, através de financiamentos de risco e, em geral, com níveis mais elevados de auxílio. Além disso, o controlo das concentrações na UE protege as PME, impedindo o aumento dos preços e a perda de qualidade e inovação. Uma aplicação rigorosa das regras *antitrust* e dos cartéis ajudará a proteger as PME de uma exclusão do mercado provocada por empresas dominantes e garante-lhes um acesso equitativo aos mercados, em benefício das partes interessadas e dos consumidores. Trabalharei em estreita colaboração com o vice-presidente executivo responsável pela Prosperidade e Estratégia Industrial, que foi incumbido pela presidente da Comissão de definir as PME com base nas conclusões da recente avaliação. Uma prioridade importante será facilitar mais ainda a participação das PME e o seu acesso a projetos importantes de interesse europeu comum (PIIEC). Além disso, velarei por que a aplicação eficaz das regras *antitrust* seja acompanhada de controlo vigoroso da aplicação do Regulamento Mercados Digitais, para que seja dada às empresas tecnológicas europeias em fase de arranque uma verdadeira oportunidade de sucesso nestes mercados.

11. Que medidas prevê tomar para reduzir os preços da energia a curto, médio e longo prazo e eliminar a dependência da UE em relação aos combustíveis fósseis? O que fará para acelerar a eliminação progressiva das importações de gás proveniente da Rússia? Quais são, na sua opinião, os principais fatores subjacentes à volatilidade dos preços da energia na UE e que medidas concretas devem ser tomadas para garantir que os preços são competitivos, reativos ao mercado e acessíveis? Como garantirá que as empresas e os agregados familiares beneficiem dos custos de produção mais baixos das energias renováveis? Que papel devem desempenhar os PIIEC no que diz respeito à produção de energia e à interconectividade, e como pode ser desbloqueado financiamento adicional para a sua execução? Como avalia o papel da neutralidade tecnológica no contexto do aprovisionamento energético e dos preços da energia? Qual é a sua opinião sobre a energia nuclear e os pequenos reatores modulares?

Os preços da energia mais elevados e voláteis constituem um dos maiores entraves à nossa competitividade e à capacidade de crescimento das nossas indústrias, tal como salientado no relatório Draghi. Se a minha indignação for confirmada, orientarei os trabalhos da Comissão Europeia para garantir energia a preços acessíveis e pôr termo às nossas dependências de combustíveis fósseis, começando pela eliminação progressiva dos combustíveis fósseis que a UE ainda importa da Rússia. Trabalharei com os meus colegas comissários, especialmente com o comissário responsável pela Energia e Habitação, para impulsionar o investimento em infraestruturas de energia limpa e combater a pobreza energética em toda a Europa. Creio que a nossa melhor estratégia para garantir a acessibilidade dos preços da energia é concluir a transição para as energias limpas e construir uma União da Energia sólida, o mais rapidamente possível. Para isso, a Comissão apresentará um plano de ação para garantir o acesso à energia a preços acessíveis, no âmbito do Pacto da Indústria Limpa, que abordará todas as componentes dos preços da energia, incluindo a fiscalidade e os mercados financeiros, o desenvolvimento de acordos de aquisição de eletricidade e de contratos bilaterais para diferenciais para os mercados energéticos na Europa. Proporemos também um roteiro para a cessação das importações de energia russa. Esta medida será igualmente acompanhada de uma revisão da arquitetura da segurança energética da UE. Por último, concentraremos os nossos esforços na

implementação da recente reforma da organização do mercado da eletricidade, na expansão das energias renováveis no sistema energético e na obtenção de melhorias em eficiência energética.

Milhões de pessoas já estão a colher os benefícios das energias renováveis baratas, enquanto autoconsumidores ou como parte das comunidades de energia, e temos de garantir que mais pessoas podem fazê-lo. Os consumidores de eletricidade registaram reduções de preços no valor de 100 mil milhões de EUR durante o período de 2021-2023, graças à produção de eletricidade a partir de capacidade solar fotovoltaica e eólica recentemente instalada. Esta tendência deve continuar e crescer. Velarei por que os Estados-Membros cumpram procedimentos de licenciamento mais rápidos e mais simples, reduzam os encargos burocráticos e apliquem devidamente as disposições jurídicas para a implantação de energias renováveis em edifícios novos, bem como em edifícios renovados. Os nossos impostos e políticas de fixação de preços para a utilização da energia devem ser alinhados com os objetivos sustentáveis a longo prazo, e contribuir simultaneamente para eliminar o nosso défice de concorrência. A eliminação progressiva dos subsídios aos combustíveis fósseis é essencial para atingir este objetivo, bem como o aumento da eficiência energética.

A criação de um quadro de governação adequado a um sistema energético europeu flexível, integrado e digitalizado será fundamental para concluir a transformação e a descarbonização do nosso cabaz de produção. Por conseguinte, prestarei especial atenção à revisão do Regulamento Governação.

O aumento da produção de eletricidade a partir de fontes renováveis exige uma rede elétrica melhorada, bem como soluções de flexibilidade da oferta e da procura e de armazenamento, a fim de distribuir os benefícios das energias renováveis baratas durante todas as horas do dia. Trabalharei com o comissário da Energia e da Habitação para apresentar um roteiro estratégico para a digitalização e a IA no setor da energia. Mobilizaremos igualmente o quadro das redes transeuropeias de energia para continuar a apoiar as principais infraestruturas energéticas transfronteiriças em projetos de interesse comum. Também contribuirei ativamente para a implementação destes projetos de infraestruturas chave através dos grupos de alto nível da Comissão para a cooperação regional. A melhoria da interconectividade das redes elétricas dos Estados-Membros é essencial não só para gerir uma transição mais eficiente, mas também para repartir os benefícios por toda a Europa.

Os projetos importantes de interesse europeu comum (PIIEC) são um instrumento vital para investir coletivamente nas tecnologias e infraestruturas do futuro, gerando inovação e dinamismo industriais e repercussões positivas para a economia europeia em geral. Tal implica a sua compatibilidade em matéria de auxílios estatais. Estes projetos são fundamentais para encontrar soluções europeias e para que os Estados-Membros possam apoiar projetos de infraestruturas energéticas de acesso aberto, quando considerados de grande importância para a UE. Em termo de produção de energia, os PIIEC podem ajudar a aumentar o nível de inovação nas diferentes tecnologias limpas e a aumentar, por exemplo, a eficiência energética ou dos recursos em vários setores (por exemplo, os PIIEC aprovados para tecnologias de computação em nuvem e periférica). As regras dos PIIEC incentivam o cofinanciamento de medidas nacionais com fundos da UE e podem beneficiar de financiamento redirecionado no âmbito da Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP). O futuro Fundo Europeu para a Competitividade deverá apoiar os PIIEC.

Para tal, basear-me-ei na comunicação sobre a meta climática recomendada para 2040 e nas conclusões da sua avaliação de impacto pormenorizada. Precisamos da máxima eficiência na implantação das diferentes tecnologias, tanto as já consolidadas como novas, que possam ajudar a UE a alcançar a sua descarbonização além de 2030, respeitando simultaneamente as prerrogativas dos Estados-Membros em matéria de cabaz energético, em conformidade com o artigo 194.º do Tratado.

No que diz respeito à energia nuclear de baixo carbono, é de salientar que em fevereiro de 2024 a Comissão lançou uma aliança industrial para facilitar a cooperação das partes interessadas a nível da UE e para acelerar a implantação de pequenos reatores modulares (PRM) e assegurar uma cadeia de abastecimento robusta na UE, incluindo mão de obra qualificada. Tal impulsionará as capacidades de produção e inovação da UE para acelerar a implantação dos primeiros projetos PRM na UE até ao início de 2030, de acordo com as mais elevadas normas de segurança nuclear, gestão de resíduos, sustentabilidade ambiental e competitividade industrial.

Pergunta da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

12. A sua pasta abrange a transição limpa, justa e competitiva, que, de acordo com a sua carta de missão, deve ser em benefício das pessoas e dos seus empregos. No entanto, as suas responsabilidades pouco mencionam os aspetos sociais da transição justa. Como prevê trabalhar com a vice-presidente executiva indigitada Roxana

Mînzatu? Que medidas concretas prevê para garantir que os agregados familiares mais vulneráveis sejam protegidos e que a transição seja benéfica para os trabalhadores, que os seus direitos sejam respeitados e promovidos, e que ninguém seja esquecido? Apresentará uma iniciativa sobre a antecipação e a gestão da mudança no mundo do trabalho no contexto da transição justa?

Que medidas concretas tenciona tomar no âmbito do programa «Legislar melhor» para garantir o acervo da UE em matéria de direito do trabalho e melhorar os direitos laborais e as normas sociais?

Em particular, tendo em conta os planos sociais nacionais em matéria de clima previstos para junho de 2025, como garantirá que o Fundo Social para o Clima não preste apenas apoio a curto prazo aos agregados familiares vulneráveis, mas também desencadeie mudanças a longo prazo para retirar as pessoas da pobreza energética e de mobilidade? Uma vez que o período de vigência do Fundo para uma Transição Justa termina em 2027, que medidas específicas pretende tomar para acompanhar as empresas e os trabalhadores na transição para a neutralidade climática? Como tenciona contribuir para a União das Competências?

Se a minha indigitação for confirmada, velarei por garantir que os objetivos climáticos, económicos e sociais sejam indissociáveis, centrando-se na proteção dos mais vulneráveis, avançando em conjunto para que todos possam aproveitar as oportunidades da transição e promovendo uma transição baseada nas pessoas. O novo Pacto da Indústria Limpa apoiará as indústrias sustentáveis e competitivas, promovendo simultaneamente empregos de qualidade. Além disso, o Roteiro para o Emprego de Qualidade, a desenvolver pela vice-presidente executiva responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação em conjunto com os parceiros sociais, garantirá uma transição justa. Apoiará salários justos, normas elevadas em matéria de saúde e segurança no trabalho, boas condições de trabalho, uma formação e uma transição profissional justa para os trabalhadores por conta de outrem e por conta própria, nomeadamente aumentando a cobertura da negociação coletiva.

A fim de proteger os agregados familiares mais vulneráveis e assegurar que ninguém fica para trás, trabalharei com a vice-presidente executiva responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação na elaboração da primeira estratégia da UE para combater a pobreza. Esta estratégia abordará as causas profundas da pobreza de uma forma abrangente. O acesso aos serviços essenciais, incluindo a energia e os transportes, é fundamental para garantir uma transição ecológica justa. O futuro plano europeu para garantir uma habitação a preços acessíveis será também crucial para apoiar as renovações e o acesso a uma habitação economicamente acessível e energeticamente eficiente.

O Fundo Social para o Clima (FSC) apoiará os agregados familiares, os utilizadores de transportes e as microempresas vulneráveis, ajudando-os a fazer face aos impactos sociais do novo sistema de comércio de licenças de emissão nos edifícios e no transporte rodoviário (CELE 2), em especial no que diz respeito à pobreza energética e dos transportes. Apoiarei a vice-presidente executiva responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação na orientação da programação e na execução do Fundo Social para o Clima, para ter em conta os impactos sociais nos grupos vulneráveis afetados pelo CELE 2. O FSC prestará um apoio direto temporário ao rendimento e incluirá tanto medidas como investimentos, devendo as medidas conduzir a mudanças estruturais, com impactos significativos e duradouros. O FSC foi concebido para gerar mudanças estruturais em benefício dos agregados familiares vulneráveis e ajudar a alcançar a importante meta fixada para 2030 de redução da pobreza, estabelecida no Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Durante o meu mandato, trabalharei em estreita colaboração com a vice-presidente executiva responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação no sentido de assegurar uma transição justa para todos e criar condições adequadas para que as empresas possam cumprir os nossos objetivos comuns. Tal como anunciado no plano de ação adotado em 2024 para combater a escassez de mão de obra e de competências na UE, a Comissão criará um Observatório da Transição Justa para facilitar o acompanhamento dos progressos realizados. Os serviços da Comissão analisarão os quadros normativos atuais pertinentes e procurarão promover uma visão conjunta e proativa com soluções realistas no âmbito de um processo de mudança a mais longo prazo. Apoiarei igualmente a sua ação no domínio do direito do trabalho,

para garantir que as pessoas e os seus empregos continuarão sempre no centro da nossa economia social de mercado, mesmo perante a evolução das nossas indústrias e economias.

As competências são cruciais para a nossa competitividade e para uma transição limpa e justa. O pacto relativo às competências e uma boa compreensão das necessidades em matéria de competências serão um elemento importante da União das Competências, assumindo um papel chave na aquisição de competências adequadas às indústrias críticas. Trabalharei em estreita colaboração com a vice-presidente executiva responsável pelas Pessoas,

Competências e Preparação a partir do excelente trabalho elaborado pelas parcerias de grande escala no âmbito do pacto para as competências, apoiando o desenvolvimento das competências e a requalificação dos trabalhadores.

Pergunta da Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores

13. Existe um amplo consenso de que a credibilidade da UE depende da aplicação efetiva das suas regras, nomeadamente o Regulamento dos Mercados Digitais (RMD) e o Regulamento Subvenções Estrangeiras (RSE). Quais são as suas prioridades em matéria de aplicação da legislação a este respeito e de que forma assegurará um cumprimento em tempo útil e eficaz que resulte em benefícios para os consumidores e as empresas da UE e contribua para o bom funcionamento do mercado interno? Dado que este trabalho implica um elevado nível de complexidade, como poderá garantir que dispõe de recursos qualificados e de uma ação coordenada no âmbito da Comissão Europeia?

Uma das minhas prioridades, se a minha indigitação for confirmada como vice-presidente executiva, será garantir que os novos instrumentos, como o Regulamento Mercados Digitais e o Regulamento Subvenções Estrangeiras, sejam efetivamente aplicados e proporcionem um verdadeiro valor acrescentado aos consumidores e às empresas da UE. Estes instrumentos destinam-se a dar resposta aos desafios crescentes que se depara a economia da UE. Tenciono aplicar o Regulamento Mercados Digitais, que impõe obrigações às maiores plataformas digitais, assegurando que funcionam de uma forma justa e favorável à concorrência. Do mesmo modo, darei a máxima prioridade à aplicação do Regulamento Subvenções Estrangeiras, que permite à Comissão combater as distorções causadas pelas subvenções concedidas por países terceiros a empresas que operam no mercado único. Tal permite à UE assegurar condições de concorrência equitativas a todas as empresas que operam no mercado único, mantendo-se simultaneamente aberta ao comércio e ao investimento.

No que diz respeito ao Regulamento Mercados Digitais, três dimensões importantes orientarão a priorização do meu trabalho com a vice-presidente executiva responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia. Em primeiro lugar, é preciso abrir os ecossistemas fechados, seja nos telemóveis, nos resultados das pesquisas em linha ou nos mercados em linha. Tal dará às empresas mais pequenas e inovadoras a oportunidade de proporem novos serviços aos consumidores. Ao longo do tempo, dar-lhes-á a possibilidade de contestarem os controladores de acesso já implantados, no seu próprio terreno. Em segundo lugar, devemos dar aos consumidores a possibilidade de escolha. Com demasiada frequência, os controladores de acesso impõem os seus próprios termos e condições aos consumidores, alegando que nenhuma alternativa é suficientemente boa. Em terceiro lugar, temos de assegurar que os dados pertencem àqueles que os geram. Os cidadãos têm o direito de transportar os seus dados para onde desejem e de decidir se pretendem ou não que os seus dados pessoais sejam utilizados em anúncios. Os controladores de acesso não devem poder utilizar os dados gerados pelos consumidores de comerciantes que vendam os seus produtos em mercados em linha, quando concorrem com esses comerciantes na sua própria plataforma. Quero capacitar os cidadãos e as empresas europeias para a sua vida digital e, nesse sentido, exigirei que os controladores de acesso respeitem as suas obrigações no quadro do Regulamento Mercados Digitais. Se não o fizerem, não hesitarei em acionar todos os instrumentos previstos no Regulamento Mercados Digitais, incluindo a aplicação de coimas, se for caso disso.

No que diz respeito à aplicação do Regulamento Subvenções Estrangeiras, as duas vias de aplicação são as concentrações e os inquéritos *ex officio*. No que diz respeito às concentrações com subvenções estrangeiras, serei rigorosa com as transações que envolvam subvenções de países terceiros e não hesitarei em utilizar plenamente os poderes deste novo instrumento, quando apropriado, incluindo em casos de aquisições injustamente subvencionadas de empresas europeias. No que diz respeito aos inquéritos *ex officio* (ou seja, investigações por iniciativa própria da Comissão), prosseguirei os inquéritos preliminares em curso. No pleno respeito das regras, não posso antecipar o resultado desses inquéritos nesta fase. Naturalmente, velarei por um acompanhamento permanente dos novos casos que justifiquem uma ação *ex officio* e, se for caso disso, será iniciado um inquérito. Em conformidade com a minha carta de missão, tenciono concentrar os esforços *ex officio* nos setores mais afetados e nos tipos de subvenções estrangeiras que sejam mais prejudiciais para a lealdade da concorrência no mercado único. As múltiplas dimensões do mercado único exigirão uma forte coordenação e contribuirei também ativamente para a articulação das nossas ações com as principais prioridades europeias.

Pergunta da Comissão dos Transportes e do Turismo

14. De acordo com a carta de missão correspondente, o futuro vice-presidente executivo indigitado para uma Transição Limpa, Justa e Competitiva será responsável pelo enquadramento jurídico para as metas de descarbonização da UE e pela aplicação do pacote «Objetivo 55». Ao mesmo tempo, a Comissão TRAN liderou

os trabalhos legislativos do PE sobre a descarbonização dos transportes (RefuelEU Aviação, FuelEU Transportes Marítimos, revisão da Diretiva Infraestrutura para Combustíveis Alternativos). Como avalia o impacto da legislação do Pacto Ecológico no setor dos transportes? Qual é a sua visão para a preparação de uma nova arquitetura para a descarbonização do setor dos transportes após 2030, assegurando simultaneamente condições de concorrência equitativas para as empresas de transportes europeias, a competitividade do setor europeu dos transportes e empregos de elevada qualidade e atrativos na Europa? A este respeito, como concebe a sua cooperação com o futuro vice-presidente executivo responsável pela Coesão e Reformas e com o futuro comissário do Turismo e Transportes Sustentáveis?

Em consonância com o Pacto Ecológico Europeu, todos os setores económicos devem contribuir para os objetivos climáticos da UE. Neste contexto, os transportes, com emissões de CO₂ ainda acima dos seus níveis de 1990, são um elemento crucial para cumprir o compromisso da UE de atingir a neutralidade climática até 2050. A UE criou um quadro político abrangente, incluindo o pacote Objetivo 55, e uma ampla estratégia para a mobilidade sustentável e inteligente, que conduziu, nomeadamente, ao pacote de medidas para promover uma mobilidade eficiente e ecológica e ao pacote relativo à ecologização do transporte de mercadorias, tendo em vista a descarbonização dos transportes.

A inovação, a digitalização, a aplicação efetiva e os investimentos necessários são cruciais para alcançar os nossos principais objetivos. Para completar a rede principal da RTE-T até 2030, é necessário tornar as infraestruturas da UE mais resilientes a catástrofes naturais ou a ações hostis, implantar soluções inovadoras e digitais, como os combustíveis de transportes sustentáveis e as infraestruturas de carregamento, modernizar as nossas frotas e organizar uma mobilidade mais inteligente nas cidades, bem como o investimento e o planeamento. Já foram apresentadas propostas para melhorar a utilização da capacidade das nossas infraestruturas, em especial para o transporte ferroviário e as vias navegáveis interiores, e espero que os legisladores cheguem em breve a acordo nesta matéria.

A comissária responsável pelo Turismo e Transportes Sustentáveis foi incumbida de elaborar um plano de investimento para os transportes sustentáveis, a fim de dar prioridade aos investimentos de descarbonização na UE. Apoiarei plenamente esta ação e integrá-la-ei no Pacto da Indústria Limpa. Simultaneamente, temos de ter em conta a dimensão mundial. A transição para uma economia limpa deve ser acompanhada de medidas que reforcem a competitividade global do setor dos transportes da UE, sendo vitais os trabalhos em curso na Organização da Aviação Civil Internacional e na Organização Marítima Internacional.

Os investimentos públicos desempenharão um papel importante, através nomeadamente de auxílios públicos bem direcionados, de acordo com as regras europeias em matéria de auxílios estatais. No mesmo sentido, tomarei medidas para combater quaisquer subvenções e investimentos estrangeiros que possam ser distorcivos e colocar as empresas de transportes europeias em desvantagem. No entanto, o orçamento da UE não pode ser a única fonte de investimento. Apoiarei a interação do Colégio de Comissários com os Estados-Membros e as autoridades regionais e locais para garantir que os seus orçamentos e planos de investimento refletem plenamente os objetivos acordados. Precisamos também de explorar oportunidades de financiamento fora do setor público, pelo que contribuirei para o desenvolvimento de fontes de financiamento inovadoras, que possam incentivar e alavancar os investimentos do setor privado. Este trabalho deverá procurar uma cooperação reforçada com o Banco Europeu de Investimento e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, para que as suas estratégias de empréstimo reflitam as necessidades políticas mais prementes.

A próxima Comissão empenhar-se-á em alargar o acesso a opções de transporte com preços acessíveis a todos os europeus. A eliminação da pobreza no domínio dos transportes será também articulada com a primeira estratégia europeia de luta contra a pobreza, cuja elaboração será levada a cabo pela vice-presidente executiva responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação e para a qual contribuirei ativamente. A próxima Comissão velará igualmente pela aplicação de elevadas normas sanitárias e de segurança no local de trabalho, investirá na requalificação e no desenvolvimento das competências e procurará atrair mais jovens para o setor. Juntamente com os outros membros do Colégio, também no domínio da mobilidade orientarei os nossos investimentos e financiamento para uma transição justa e social, nomeadamente através do Fundo Social para o Clima.

Estou disponível para apoiar plenamente a comissária responsável pelo Turismo e Transportes Sustentáveis nos trabalhos referidos e para trabalhar em estreita colaboração com o vice-presidente executivo responsável pela Coesão e Reformas.

Perguntas da Comissão do Desenvolvimento Regional

15. Apesar do orçamento modesto, o Fundo para uma Transição Justa (FTJ) constituiu uma realização fundamental da última legislatura e um instrumento essencial para os territórios que enfrentam desafios socioeconómicos associados à transição para a neutralidade climática. Porém, problemas relacionados com a afetação de recursos, obstáculos administrativos e o equilíbrio entre objetivos ambientais e sociais limitaram a sua eficácia. Consequentemente, muitos dos beneficiários previstos, nomeadamente milhares de trabalhadores de indústrias com utilização intensiva de carbono, não receberam apoio. Atualmente, uma grande parte das dotações do FTJ ainda tem de ser absorvida até 2026.

Como planeia apoiar os órgãos de poder local e regional na aceleração da absorção e na prevenção de anulações de autorizações, assegurando o valor acrescentado dos projetos? Pensa criar um Fundo para uma Transição Justa 2, ou tenciona incorporar os mesmos objetivos noutros fundos da política de coesão, aplicando transversalmente o princípio da transição justa? Afetará mais recursos à transição justa? Que medidas tenciona tomar para garantir que o apoio chega às regiões e aos setores mais vulneráveis? Pondera simplificar os requisitos de acesso dos trabalhadores ao apoio? Considera que a legislação em matéria de auxílios estatais deve ser revista para permitir um acesso mais simples e mais rápido ao apoio? Por último, tenciona alargar o apoio do Fundo a regiões com indústria automóvel ou agricultura intensiva, por exemplo, e aumentar proporcionalmente o financiamento?

Se a minha indigitação for confirmada, e em colaboração com o vice-presidente executivo responsável pela Coesão e Reformas, apoiaremos, os esforços em curso para ajudar as regiões afetadas pela transição ecológica. A execução do Fundo para uma Transição Justa (FTJ) está a avançar de forma constante, tendo a taxa de seleção a nível do fundo aumentado para 25 %. Embora várias regiões do FTJ continuem a necessitar de apoio adicional para executar os seus planos territoriais de transição, estão disponíveis muitos instrumentos e continuarei a incentivar os Estados-Membros a utilizá-los.

Pretende-se sobretudo garantir que todos os fundos são efetivamente utilizados para atrair novas empresas, criar emprego e proporcionar novas oportunidades económicas em zonas que estejam a abandonar o carvão e os combustíveis fósseis. Em colaboração com o vice-presidente executivo responsável pela Coesão e Reformas, procurarei assegurar um quadro normativo que permita a todas as partes interessadas, incluindo os trabalhadores, participar plenamente no financiamento da UE e explorar os seus benefícios, orientando as nossas políticas para o desenvolvimento local de uma forma inclusiva e eficiente.

A participação ativa dos trabalhadores na programação e execução do FTJ facilita o acesso ao financiamento. Um exemplo é o projeto «Job after coal», na sub-região polaca de Konin, que foi desenvolvido da base para o topo pelos sindicatos de minas de lenhite. O objetivo do projeto é apoiar os participantes na transição para novos empregos sustentáveis, prestando uma assistência específica definida em cooperação com os representantes dos trabalhadores. O projeto apoia a requalificação e o desenvolvimento de competências dos antigos trabalhadores das minas e centrais elétricas afetadas pela eliminação progressiva da produção de energia a lenhite.

Trabalharei com os meus colegas, os comissários do Turismo e Transportes Sustentáveis e da Agricultura e Setor Alimentar, para analisar possíveis formas de apoio às regiões que dependem do setor automóvel ou da agricultura intensiva para o seu dinamismo económico. A visão definida para o futuro da agricultura e da alimentação e o plano de ação industrial da UE para o setor automóvel identificarão as medidas que podemos tomar, pelo que aguardo com expectativa a oportunidade de contribuir para estas iniciativas.

Pergunta da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

16. A agricultura e a silvicultura terão um papel a desempenhar numa transição limpa, justa e competitiva. São dois dos poucos setores que não emitem apenas carbono, mas também podem contribuir ativamente para a captura de carbono, fornecer matérias-primas renováveis e atenuar as alterações climáticas, garantindo simultaneamente a segurança alimentar dos nossos cidadãos. Como tenciona reforçar os setores agrícola e florestal no contexto de uma transição justa? Como podem ser criados incentivos para que a agricultura e a silvicultura aumentem as suas contribuições como sumidouros de carbono e alcancem a sua transição competitiva sustentável? Como pensa ajudar os agricultores e silvicultores a adaptarem-se aos desafios das alterações climáticas?

Como pretende reforçar as perspetivas e o contributo da agricultura para melhorar o crescimento socioeconómico e o ambiente, nomeadamente através do aumento do potencial da bioeconomia, da economia circular, da resiliência das cadeias de abastecimento alimentar e de métodos inovadores?

A agricultura e a silvicultura assumem uma importância estratégica para a nossa segurança e autonomia. Estes setores são fundamentais para o nosso ambiente natural e centrais para combater as alterações climáticas e garantir uma bioeconomia circular em 2050. Simultaneamente, estes setores económicos devem ser competitivos e viáveis. Os agricultores e os proprietários florestais merecem um rendimento justo e devem ser apoiados, incentivados e recompensados pelo fornecimento de bens públicos.

Para reforçar estes setores no processo de transição, os planos estratégicos da PAC constituem um instrumento baseado no desempenho que permitem direcionar o apoio aos agricultores e a certos silvicultores. Nos planos atuais, 32 % dos fundos da PAC, correspondentes a quase 97 mil milhões de EUR da dotação para 2023-2027, destinam-se a objetivos climáticos, ambientais e relacionados com o bem-estar dos animais. O Tribunal de Contas Europeu, no seu recente relatório sobre os planos estratégicos da PAC de 30 de setembro de 2024, reconhece que a «arquitetura ambiental» do Regulamento Planos Estratégicos da PAC para 2023-2027 permite uma maior ambição ambiental e climática da PAC, mas este potencial tem de ser mais bem explorado através dos planos nacionais.

Os auxílios estatais também podem desempenhar um papel fundamental no apoio à agricultura e à silvicultura. Trabalharei com os Estados-Membros para que possam utilizar as regras em vigor em matéria de auxílios estatais que lhes garantam um quadro específico atualizado e uma isenção por categoria para os setores agrícola e florestal e as zonas rurais. O quadro e as isenções por categoria, concebidos para complementar a política agrícola comum, concedem ampla flexibilidade aos Estados-Membros para apoiarem os agricultores, promovendo o desenvolvimento económico e apoiando o investimento. O conjunto de instrumentos dos auxílios estatais é completado por um apoio *de minimis* ao setor agrícola, enquanto instrumento suplementar. Se a minha indignação for confirmada como vice-presidente executiva, procurarei assegurar uma conclusão rápida da revisão das ajudas *de minimis* ao setor agrícola iniciada para ter em conta a inflação.

O reforço da competitividade, da resiliência e da sustentabilidade do setor agrícola exigirá, igualmente, uma abordagem baseada em incentivos que complemente o apoio público. Tal foi salientado no diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura da UE. O diálogo estratégico reconheceu também a necessidade de adotar um sistema de avaliação comparativa à escala da UE, como condição prévia para a nova abordagem em matéria de sustentabilidade. Com o novo Regulamento Remoções de Carbono e Carbonicultura (RRCC), lançamos as bases para um novo mercado da sustentabilidade, introduzindo uma abordagem normalizada para os certificados de sustentabilidade em toda a Europa. O RRCC abrange não só as remoções de carbono, mas também a biodiversidade e a adaptação, reconhecendo práticas de gestão que aumentam a resiliência aos impactos das alterações climáticas, melhoram a fertilidade dos solos e protegem e restauram a natureza, garantindo soluções mutuamente vantajosas para a soberania alimentar e a produtividade dos solos. Tal como acima referido, considero que os créditos relativos à conservação da natureza também constituem uma solução promissora para recompensar os agricultores pelos seus serviços, razão pela qual apoiarei a comissão responsável pelo Ambiente, Resiliência Hídrica e Economia Circular Competitiva no desenvolvimento deste conceito.

No que diz respeito especificamente à sustentabilidade no setor, em 2023 a Comissão adotou orientações no sentido de excluir os acordos de sustentabilidade na agricultura do artigo 101.º do TFUE. Essa exclusão permite aos produtores agrícolas e outros operadores da cadeia de abastecimento agroalimentar aplicar normas de sustentabilidade que vão além do que é atualmente exigido pela legislação nacional e da UE em vigor. Estou disponível para fornecer orientações aos agricultores e aos seus parceiros nessa cadeia que apresentem iniciativas em matéria de sustentabilidade.

Se a minha indignação for confirmada, empenhar-me-ei na adoção de uma nova estratégia para a bioeconomia. Tal permitirá à Europa explorar todo o potencial de um setor em crescimento, salvaguardando a competitividade e a prosperidade, incluindo nas zonas rurais. Comprometo-me a apresentar uma estratégia que garanta às empresas europeias um quadro orientador para poderem prosperar no processo de transição ecológica e circular.